

ESTADO DA BAHIA Prefeitura Municipal de Lapão Gabinete do Prefeito

LEI MUNICIPAL Nº 1014, DE 01 DE ABRIL DE 2025.

DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ASSISTÊNCIA ESPIRITUAL INDIVIDUAL NO ÂMBITO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAPÃO, Estado da Bahia, no uso das atribuições que lhe confere o art. 60, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

- **Art. 1º** A presente Lei regulamenta o exercício Profissional de assistência espiritual individual, no âmbito da cidade de Lapão, prestada por Capelães civis ou Militares.
- Art. 2º É reconhecida a profissão de Capelão Civil.

Parágrafo único - O exercício da assistência espiritual individual é privativo ao profissional em Capelania formados e registrados na forma desta Lei.

- **Art. 3º** A atividade do profissional Capelão Civil consiste em dar assistência espiritual em hospitais, presídios, orfanatos, asilos, creches, albergues, escolas, áreas militares, empresas e instituições governamentais, sendo necessária a autorização de competência das instituições mencionadas.
- **Art. 4º**. O Capelão Civil é o profissional que tem a afiliação deferida pelo O.C.B, devidamente registrada nos termos desta lei.
- **Art. 5º**. A formação do Capelão Civil será feita pelas entidades de Capelania credenciadas pela O.C.B.
- **Art. 6º**. Para ingresso no processo de formação de Capelães Civil, além das exigências feitas pelas entidades de Capelania é indispensável que o candidato tenha concluído o ensino médio.

Av. Justiniano de Castro Dourado, s/n – Centro CEP 44.905-000

CNPJ:13.891.528/0001-40 www.lapao.ba.gov.br







ESTADO DA BAHIA Prefeitura Municipal de Lapão Gabinete do Prefeito

- Art. 7º. A O.C.B é o órgão que credencia o profissional de Capelania Civil.
- **Art. 8º**. São reconhecidas como entidades de formação de Capelania Civil todas aquelas que tenham sido registradas de acordo com o Código Civil.
- § 1º. As entidades de Capelania devem apresentar a O.C.B, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da vigência desta lei, os estatutos, regimentos internos e/ou acadêmicos, processo de formação sistematizado e descrito em detalhes, código de ética, corpo docente credenciado, relação total dos Capelães que constituem os seus quadros, com qualificação e titulação completas.
- § 2º. A apresentação dos documentos mencionados no § 1º habilitará a associação a formar Capelães Civis.
- § 3º. Não se enquadram na exigência do § 1º a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), reconhecidas desde já como entidade competente pela O.C.B.
- § 4º. a OCB estabelecerá:
- I a carga horária para a formação do Capelão Civil;
- II o currículo mínimo para a formação do Capelão Civil;
- III as exigências para a formação de docentes em Capelania Civil.
- § 5º. A O.C.B normatizará, orientará, disciplinará e fiscalizará o exercício das atividades próprias dos Capelães Civil, atendidas as qualificações profissionais estabelecidas.
- **Art. 9º**. Compete a Ordem dos Capelães do Brasil (O.C.B) e as Seccionais Regionais da Ordem dos Capelães do Brasil (SROCB) o registro dos Capelães Civil e a fiscalização do exercício da profissão.
- **Art. 10.** AS Seccionais Regionais da Ordem dos Capelães do Brasil (SROCB) emitirão o registro profissional em conformidade com as normas da à Ordem dos Capelães do Brasil (O.C.B).
- **Art. 11**. São assegurados os direitos do Capelão Civil que, antes da vigência destalei, já exercia a profissão sem estar vinculado a qualquer associação de Capelania.





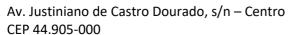
Prefeitura Municipal de Lapão Gabinete do Prefeito

Parágrafo único. A comprovação da condição de Capelão Civil será feita mediante:

- I a apresentação de certificado ou declaração das entidades oficiais, e ou credenciadas pela O.C.B;
- II- a comprovação de que exerce a Capelania Civil por instituições beneficiadas pela prestação da Capelania Civil.
- **Art. 12.** O profissional que tiver comprovado a condição de Capelão Civil nos termos do art. 10 será registrado como Capelão Civil profissional.
- **Art. 13.** Os casos omissos serão decididos pelo a Ordem dos Capelães do Brasil (O.C.B).
- Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 01 de abril de 2025.

MÁRCIO ANTÔNIO MESSIAS DA SILVA Prefeito Municipal



CNPJ:13.891.528/0001-40 www.lapao.ba.gov.br



